

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Registro de Preços, para a prestação de serviços comuns de capacitação teórica e prática voltada à formação de brigadas voluntárias de prevenção e combate a incêndios, destinadas às unidades da CAIXA em Alagoas.

| ITEM | ESTADO |
|------|---------|
| II | Alagoas |

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 O objeto deste contrato deverá ser cumprido em estrita concordância e obediência às Normas Brasileiras pertinentes em vigor, bem como às Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado de Alagoas, em especial a Instrução Técnica – IT nº. 17/2021 – Brigada de Incêndio, a qual saplica as edificações enquadradas no Decreto nº 3854, de 28 de novembro de 2007, que institui o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico no estado de Alagoas, bem como as especificações constantes do Edital e Anexos.

2.2 Se, no decorrer da vigência do contrato, houver atualização ou modificação no arcabouço legal relativo ao regulamento contra incêndio das edificações e áreas de risco, tais como Instruções Técnicas, Decretos, Leis, entre outros, que implique em alterações no contrato (por exemplo, mas não somente, quantidade de empregados a serem treinados como brigadistas, quantidade de horas de treinamento, conteúdo programático do curso, local do treinamento), a CONTRATADA deverá se adequar imediatamente à nova regulamentação legal.

2.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme procedimentos e responsabilidades estabelecidas no contrato e em seus anexos, mão de obra, equipamentos, e materiais necessários ao cumprimento de todas as obrigações do contrato.

2.4 O prazo de início dos serviços será de 15 (quinze) dias corridos, contados da solicitação desta GIPES/SA.

2.5 O contrato terá duração de 12 (doze) meses, devendo a contratada realizar os treinamentos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, mediante solicitação prévia da CN Rede de Pessoas.

3. DO QUANTITATIVO DE TREINAMENTOS E LOCAL DE REALIZAÇÃO

3.1 Os treinamentos serão realizados exclusivamente na cidade de Maceió (AL), podendo ser realizados até 8 turmas de no máximo 30 empregados no nível de

treinamento básico e 4 em nível intermediário, durante o período de vigência do contrato.

3.2 Nas cidades pólos, a CONTRATADA deverá disponibilizar local adequado para a realização do treinamento, e que atenda os requisitos da Instrução Técnica – IT nº. 17/2021.

3.3 O local deve atender às especificações de higiene e ambiente postas neste Termo de Referência, e deverá ser submetido à aprovação da CAIXA durante o processo licitatório.

3.4 A alteração do local de treinamento somente será permitida mediante aprovação prévia da CAIXA, desde que o novo local também atenda aos critérios e especificações deste Termo de Referência

4. DO PROGRAMA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE BRIGADA

4.1 Os candidatos a brigadistas, indicados a participarem do treinamento intermediário, deverão frequentar curso com carga horária mínima de 08 (oito) horas, divididos conforme abaixo:

- Treinamento presencial de 6 (seis) horas, sendo 2 (duas) horas parte teórica e 4 (quatro) horas parte prática conforme cronograma de datas e horário estabelecido pela CAIXA;
- Treinamento à distância (EAD) de 2 (duas) horas, disponibilizado pela contratada em plataforma própria (não pode ser pública como por exemplo o google drive).

| | |
|-------------|------|
| IT 17 CBMAL | 2021 |
|-------------|------|

Anexo B

Formação da brigada de incêndio (cont.)

Tabela B.2: Módulo e carga horária mínima por nível do treinamento

| Nível do treinamento | Módulo | Carga horária mínima (horas) |
|----------------------|---|--|
| Básico | Parte teórica de combate a incêndio: 01 a 14 Parte prática de combate a incêndio: 5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 Parte teórica e prática de primeiros socorros: 15, 16, 17 e 18 (somente grandes hemorragias) | Teórica de combate a incêndio: 1 Prática de combate a incêndio: 2 Teórica e prática de primeiros socorros: 1 |
| Intermediário | Parte teórica de combate a incêndio: 01 a 14, 19 e 20. Parte teórica de primeiros socorros: 15, 16, 17 e 18 (somente grandes hemorragias). Parte prática de combate a incêndio: 5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12. Parte prática de primeiros socorros: 15, 16, 17 e 18 (somente grandes hemorragias). | Teórica de combate a incêndio: 2 Prática de combate a incêndio: 3 Teórica e prática de primeiros socorros: 3 |

4.2 O curso deve focar principalmente os riscos inerentes ao tipo de divisão da ocupação.

4.3 Segundo determina a legislação, o profissional habilitado para a formação e

reciclagem da brigada de incêndio deve ter uma das seguintes qualificações:

- a) Formação em Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, devidamente registrado nos conselhos regionais competentes ou no Ministério do Trabalho, com formação ou especialização em Prevenção e Combate a Incêndio (carga horária mínima de 120 horas-aula para risco baixo ou médio e 160 horas-aula para risco alto) e técnicas de emergências médicas (carga horária mínima de 80 horas-aula para risco baixo, médio ou alto).
- b) O médico e o enfermeiro do trabalho só podem responsabilizar-se pelo treinamento de primeiros socorros;
- c) Para os componentes das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, formação Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública ou equivalente, realizado pela Escola Superior de Bombeiros (ESB), ou, ainda, com especialização em Prevenção e Combate a Incêndio (carga horária mínima de 120 horas-aula para risco baixo ou médio e 160 horas-aula para risco alto) e técnicas de emergências médicas (carga horária mínima de 80 horas-aula para risco baixo, médio ou alto);
- d) Os profissionais habilitados para a formação e atualização da brigada de incêndio que ministrem disciplinas que exijam treinamento prático, obrigatoriamente devem possuir formação em cursos presenciais

4.4 O profissional habilitado deverá obrigatoriamente ser credenciado no Corpo de Bombeiros do Estado de Alagoas.

4.5 À CN Rede de Pessoas caberá o direito de recusar os profissionais julgados inaptos à prestação dos serviços, se os mesmos não atenderem as exigências deste Termo de Referência.

4.6 Para fins de instrução prática e teórica, os grupos de empregados do curso de formação da brigada de incêndio devem ser compostos de, no máximo, 30 (trinta) empregados.

5. CERTIFICADO DE BRIGADISTA VOLUNTÁRIO E ATESTADO DA BRIGADA DE INCÊNDIO

5.1 Deverá ser fornecido o Certificado de Formação de Brigada de Incêndio para os brigadistas treinados, assim como o Atestado da Brigada de Incêndio para todas as unidades correspondentes.

5.2 A CONTRATADA para realização do curso de brigada voluntária é a responsável em emitir o Atestado de Brigada de Incêndio, em conformidade com a IT-01 Anexo J, e o certificado de brigadista, que deve conter, no mínimo:

- a) Nome completo, RG e CPF do aluno;
- b) Curso frequentado;
- c) Carga-horária total;
- d) Período de realização do curso;
- e) Nome do centro de formação, quando couber;
- f) Nome completo e assinatura(s) do(s) responsável(is) pela formação;

- g) Número de credenciamento do instrutor junto ao CBMAL ou número de registro no conselho profissional no caso de Engenheiro de Segurança do Trabalho e Engenheiro ou Arquiteto com especialização em Segurança do Trabalho;
- h) Relação das disciplinas ministradas no curso com as respectivas notas e cargas-horárias no verso do certificado;
- i) Local de atuação do brigadista (edificação, espaço destinado a uso coletivo para o qual houve o treinamento de formação);
- j) Data de expedição do certificado.

5.3 O Atestado da Brigada de Incêndio é emitido para cada unidade da CAIXA, certificando que a brigada está de acordo com a legislação de segurança contra incêndio.

5.4 Os Atestados, Certificados e demais documentos, deverão ser assinados por profissional devidamente qualificado, de forma que viabilize a emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB das unidades CAIXA, conforme necessidade da CONTRATANTE.

5.5 A documentação acima mencionada deverá ser enviada em formato .PDF para o email gipessa02@caixa.gov.br ou através de recurso tecnológico indicado pela GIPES/SA.

5.6 Os certificados devem ser gerados em arquivos individuais para cada brigadista e os atestados em arquivos individuais para cada unidade CAIXA, nomeados no padrão indicado pela GIPES/SA.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Controlar e registrar a presença dos empregados no treinamento e enviar à CN Rede de Pessoas a lista de presença dos participantes, incluindo as ausências, até o dia seguinte ao treinamento realizado.

6.2 Realizar a instrução dentro das exigências da IT nº. 17/2021, NR-23 do MTE, NBR 14.276 e NBR 14.277 da ABNT.

6.3 O treinamento deverá ser realizado em local definido e adequado pela CONTRATADA, mediante solicitação prévia da CN Rede de Pessoas.

6.4 O local de treinamento deve observar os seguintes critérios:

- Possuir boas condições de limpeza e climatização que permita manutenção da temperatura ambiente na faixa de 18 a 25°C;
- Dispor de estrutura sanitária adequada em boas condições de uso com separação de sexos feminino e masculino;
- Oferecer local seguro para guarda de roupas e pertences pessoais dos participantes;
- Fornecimento de água potável, própria para consumo dos participantes

(bebedouro com água mineral ou filtrada, em boas condições de higiene e manutenção).

- O local de treinamento deve atender às especificações de higiene e ambiente postas neste Termo de Referência, e deverá ser submetido à aprovação da CAIXA, prevendo visita técnica, acompanhada de Técnico de Segurança indicado pela CAIXA antes do início das turmas.

6.5 Fornecer todo o material necessário para que o treinamento prático satisfaça as especificações, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE.

6.6 Fornecer EPI – Equipamentos de Proteção Individual aos brigadistas para o treinamento, a saber: uniforme, óculos, luvas e capacete.

6.7 Emitir os Certificados de Participação Individual dos treinandos e os Atestados da Brigada de Incêndio das Unidades, certificando que a brigada está de acordo com a legislação de segurança contra incêndio e com as normas ABNT NBR 14.276, ABNT NBR 15.219 e IT nº. 17/2021, assinados por profissional devidamente habilitado e de acordo com as especificações determinadas por este instrumento no último dia de curso, podendo estes serem entregues junto com a Nota Fiscal correspondente ao serviço prestado, objeto do presente contrato.

6.8 Encaminhar os certificados de conclusão do curso de brigadistas voluntários e os Atestados da Brigada de Incêndio para o email gipessa02@caixa.gov.br ou através de recurso tecnológico indicado pela GIPES/SA.

6.9 Os certificados devem ser emitidos em arquivos .PDF separados por empregado, e enviados ao endereço de email informado em um ou mais arquivos compactados de até 5Gb cada.

6.10 A prestação dos serviços ocorrerá no âmbito do Estado de Alagoas, e referem-se às unidades da CAIXA vinculadas à GIPES/SA.

6.11 A responsabilidade pela segurança dos brigadistas será da CONTRATADA. Os custos e indenização pelos danos e acidentes durante o treinamento, serão por conta da CONTRATADA.

7. CONTEÚDO DO CURSO DE FORMAÇÃO DA BRIGADA

7.1 O conteúdo do curso deverá seguir rigorosamente a Tabela B.1 da IT 17/2021

| Módulo | Assunto | Objetivos parte teórica | Objetivos parte prática |
|---------------|-----------------------------------|---|-------------------------|
| 01 Introdução | Objetivos do curso e o brigadista | Conhecer os objetivos gerais do curso e comportamento do brigadista | |

| | | | |
|---|---|--|---|
| 02 Aspectos Legais | Responsabilidade do brigadista | Conhecer os aspectos legais relacionados a responsabilidade do brigadista | |
| 03 Teoria do fogo | Combustão, seus elementos e a reação em cadeia | Conhecer a combustão, seus elementos, funções, temperaturas do fogo (por exemplo: ponto de fulgor, ignição e combustão) e a reação em cadeia | |
| 04 Propagação do fogo | Condução, convecção e irradiação | Conhecer as formas de propagação do fogo | |
| 05 Classes de incêndio | Técnicas de prevenção | Conhecer as técnicas de prevenção para avaliação dos riscos em potencial | Reconhecer as classes de incêndio |
| 06 Prevenção de incêndio | Técnicas de prevenção | Conhecer as técnicas de prevenção para avaliação dos riscos em potencial | |
| 07 Métodos de extinção | Isolamento, abafamento, resfriamento e extinção química | Conhecer os métodos e suas aplicações | Aplicar os métodos |
| 08 Agentes extintores | Água, Pó, CO2, espumas e outros | Conhecer os agentes, suas características e aplicações | Aplicar os agentes |
| 09 EPI (equipamento de proteção individual) | EPI | Conhecer os EPI necessários para proteção da cabeça, dos olhos, do tronco, dos membros superiores e inferiores e do corpo todo | Utilizar os EPI corretamente |
| 10 Equipamentos de combate a incêndio | Extintores e acessórios | Conhecer os equipamentos, suas aplicações, manuseio e inspeções | Operar os equipamentos |
| 11 Equipamentos de combate a incêndio | Hidrantes, mangueiras e acessórios | Conhecer os equipamentos, suas aplicações, manuseio e inspeções | Operar os equipamentos |
| 12 Equipamentos de detecção, alarme, luz de emergência e comunicações | Tipos e funcionamento | Conhecer os meios mais comuns de sistemas e manuseio | Identificar as formas de acionamento e desativação dos equipamentos |
| 13 Abandono de área | Conceitos | Conhecer as técnicas de abandono de área, saída organizada, pontos de encontro e chamada e controle de pânico | |
| 14 Pessoas com mobilidade reduzida | Conceitos | Descrever as técnicas de abordagem, cuidados e condução de acordo com o plano de emergência da edificação | |

| | | | |
|-------------------------------------|--|--|---|
| 15 Avaliação inicial | Avaliação do cenário, mecanismo de lesão e número de vítimas | Conhecer os riscos iminentes, os mecanismos de lesão, número de vítimas e o exame físico destas | Avaliar e reconhecer os riscos iminentes, os mecanismos de lesão, o número de vítimas e o exame físico destas |
| 16 Vias aéreas | Causas de obstrução e liberação | Conhecer os sinais e sintomas de obstruções em adultos, crianças e bebês conscientes e inconscientes | Descrever os sinais e sintomas de obstruções em adultos, crianças e bebês conscientes e inconscientes e promover a desobstrução |
| 17 RCP (reanimação cardiopulmonar) | Ventilação artificial e compressão cardíaca externa | Conhecer as técnicas de RCP para adultos, crianças e bebês | Praticar as técnicas de RCP |
| 18 Hemorragias | Classificação e tratamento | Descrever as técnicas de hemostasia | Aplicar as técnicas de contenção de hemorragias |
| 19 Riscos específicos da edificação | Conhecimento | Discutir os riscos específicos e o plano de emergência contra incêndio da edificação | |
| 20 Psicologia em emergências | Conceitos | Conhecer a reação das pessoas em situações de emergência | |

8. MATERIAL ESPECÍFICO NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO DE BRIGADA VOLUNTÁRIA

8.1 Todos os materiais e equipamentos necessários para a realização do treinamento de brigada voluntária deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, em quantidade suficiente para atender todos os empregados e deverão estar dentro do prazo de validade.

8.2 Para o treinamento de nível intermediário, no mínimo deverão ser fornecidos os itens necessários para atender aos requisitos da tabela A.2 da IT 17/2021.

Tabela A.2: Detalhamento do nível da Instalação para Treinamento Prático de Combate a Incêndio – Nível Intermediário

| | |
|--------------------------------|---|
| Nível Intermediário ECI | Extintores portáteis de CO ₂ , pó químico seco e água, com a utilização de um agente extintor de cada tipo por participante. Deve ainda disponibilizar um extintor de espuma mecânica e um de pó ABC para demonstração de uso. Extintores sobre rodas devem ser disponibilizados quando solicitados. Além de sistemas de hidrantes |
|--------------------------------|---|

| | |
|-------------------------------|---|
| Simuladores | <p>Fixos ou móveis, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - para utilização de extintores portáteis e sobre rodas, quantidade mínima de três simuladores com formas diversas e dimensões variadas entre si, com capacidade extintora de 20 B e com características de cada uma das classes de incêndio A, B e C - para utilização de rede de hidrantes, quantidade mínima de dois simuladores com formas diversas e dimensões variadas entre si, para capacidade extintora de 20B e com características de cada uma das classes de incêndio A e B, permitindo a utilização de no mínimo duas linhas de mangueiras com diâmetro de 38 mm |
| Instalações | Casa da fumaça com dimensões mínimas de 15 m ² , com divisões internas que permitam a formação de no mínimo dois ambientes interligados entre si, com uma porta de entrada e uma porta de saída com abertura no sentido "de fuga" e com dispositivo de abertura anti-pânico. |
| Combustível | Óleo diesel, gasolina, querosene ou álcool etílico, na forma pura, tolerando-se mistura entre estes produtos; GLP ou GN ou sólido combustível. |
| Distância de segurança | Adequada ao treinamento |
| PMA | De acordo com a legislação vigente |
| SU | <ul style="list-style-type: none"> - proteção contra incêndio em conformidade com a legislação vigente, independentemente dos ECI e agentes extintores usados no treinamento. - um kit de primeiros-socorros - um socorrista - EPI para proteção da cabeça, dos olhos, do tronco, dos membros superiores e inferiores e do corpo todo - EPR para o instrutor e um carona, com autonomia mínima de 20 min. EPR para os alunos, quando utilizada fumaça tóxica. - ambulância de suporte básico (tipo B) - um auxiliar do instrutor |

9. NORMAS

9.1 O treinamento deverá ser ministrado com observância às seguintes normas de segurança:

- Lei nº. 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria nº. 3.214/78, através da NR – 23 do Ministério do Trabalho e emprego (proteção contra incêndio);
- NBR 14.276 da ABNT – Programa de Brigada de Incêndio;
- NBR 14.277 da ABNT – Instalações e equipamentos para treinamento de combate a incêndio);
- NBR 15.219 da ABNT – Plano de emergência;
- Instrução Técnica nº. 17/2021 do Corpo de Bombeiros do Estado de Alagoas (Brigada de Incêndio);
- Decreto nº 3854, de 28 de novembro de 2007, que institui o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico no estado de Alagoas

10. CLÁUSULAS GERAIS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - COMUM AOS GRAUS DE CRITICIDADE BAIXO E MÉDIO

10.1 A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixagovernanca/politica-seguranca-informacao.pdf>) dando conhecimento aos seus funcionários no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato.

10.2 A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e e seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.

10.3 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.

10.4 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.

10.5 A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.

10.6 A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.

10.7 A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.

10.8 A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado, observadas as solicitações de órgãos de regulação, fiscalização, supervisão e de controle, bem como as determinações judiciais que deverão ser comunicadas imediatamente, pois ambas somente poderão ser atendidas mediante prévia autorização da área jurídica da CONTRATANTE.

10.9 A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.

10.10 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer descumprimento às cláusulas acima, principalmente para os casos em

que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade.

11. CLÁUSULAS ESPECÍFICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO GRAU DE CRITICIDADE MÉDIO

11.1 A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação Exclusivo para Prestador de Serviço, anexo (o MO19607 deverá ser anexado).

11.2 A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação Exclusivo para Prestador de Serviço, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).

11.3 A CONTRATADA deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo 80% do seguinte:

| Grau de Criticidade em SI Médio | | |
|---|--|---------------------|
| Domínio Temático | Conteúdo | Carga Horária Anual |
| Política de Segurança da Informação | - Conhecimento da política de segurança da informação da empresa e da Política de Segurança e Informação da CAIXA | 4 horas |
| Tratamento da Informação | - Uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso; - Adoção da política de "mesa limpa", "tela limpa" e "impressora limpa"; - Descarte seguro de informação. | |
| Reporte de Incidentes | - Formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA | |
| - | - | |
| Fundamentos para Segurança Digital | - Conceitos básicos de segurança digital; - Uso da Internet | |
| Segurança de Dispositivos Digitais Pessoais | - Proteção e privacidade em dispositivos digitais pessoais; - Conhecendo, configurando e usando o dispositivo; - Mantendo o dispositivo; | |

| | | |
|---|--|--|
| | -Vulnerabilidades e ameaças | |
| Segurança em Redes | <ul style="list-style-type: none"> - Segurança na Internet; - Segurança em redes <i>wi-fi</i> públicas; - Proteção de redes pessoais; - Computação em nuvem | |
| Segurança do Usuário | <ul style="list-style-type: none"> - Autenticação no acesso a sistema e a serviços; - Proteção de contas pessoais; - Mídias sociais; - Segurança com e-mails; - Armazenamento e compartilhamento de dados; - Backup de arquivos pessoais importantes; - Qualidade de vida digital | |
| Segurança e Comportamento em Mídias Sociais | <ul style="list-style-type: none"> - Netiqueta; - Construindo seu perfil na Internet; - Segurança em mídias sociais; - Administrando seu rastro digital; - Uso saudável de mídias sociais; - Fake News; - Jogos online | |
| Comunidades Digitais | <ul style="list-style-type: none"> - Educação na Internet; - Construindo comunidades digitais cidadãos | |
| - | - | |
| Direito Digital | <ul style="list-style-type: none"> - Conceitos jurídicos e legislação relacionada à segurança da informação; - Direitos autorais; - Fraudes; - Assédio virtual; - Crimes na Internet; - *Hacktivismo | |
| Prevenção à fraude | - Engenharia social (formas defensivas contra **Phishing e ***Smishing) | |

11.4 O treinamento referido no item 12.3 será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 04 horas.

11.5 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 11.3.

11.6 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do período, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.

11.7 A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.

11.8 A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.

11.9 A CONTRATADA deve solicitar formalmente autorização para subcontratação de serviços, cabendo a CONTRATANTE autorizar ou não.

11.10 Em caso de concretização de subcontratação de serviços, previamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.

11.11 A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:

a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, conforme item 11.3 no último ano dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

b) Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, previsto no item 11.2, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

11.12 O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará em:

a) Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA pelo prazo de até 2 anos quando utilizada as modalidades Licitação Caixa e dispensa de Inexigibilidade.

Em caso de indisponibilidade parcial ou total do serviço contratado, a CONTRATADA se compromete a

a) Compromete a implementar alternativas através da execução de Plano de Contingência a ser definido em conjunto com a CAIXA de forma a viabilizar o atendimento.

11.13 Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que

tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.

11.14 No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete:

- a) entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos por ele produzidos durante a vigência do contrato;
- b) executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CONTRATANTE ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;
- c) devolver ou transferir a quem for designado pela CONTRATANTE todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.

12. CLÁUSULAS DE PRIVACIDADE

12.1 As Partes declaram que cumprem a legislação brasileira sobre privacidade, incluindo-se a Lei n. 13.079/2018 e, em caso de armazenamento de dados pessoais, a CAIXA se compromete a adotar as medidas de segurança para proteger dados pessoais.

12.2 O OPERADOR (CONTRATADA) se compromete a, quando tratar os dados obtidos pelo CONTROLADOR (CONTRATANTE), fazê-lo apenas para a finalidade pretendida, qual seja a de emissão de certificados de conclusão do referido treinamento e mediante as instruções do CONTROLADOR, sem transferi-los a qualquer terceiro, exceto se expressamente autorizado.

12.3 Na ocorrência de qualquer incidente (perda, deleção ou exposição indesejada ou não autorizada, entre outros) que envolva as informações tratadas em razão da presente relação contratual, deverá o OPERADOR comunicar imediatamente o CONTROLADOR através dos canais de comunicação específicos disponíveis, em especial, o e-mail gipessa02@caixa.gov.br, habilitado ainda para dar instruções e esclarecer dúvidas.

12.4 Ao final do contrato, conforme instruções do CONTROLADOR, o OPERADOR deverá destruir ou devolver todas as Informações confidenciais e dados pessoais que estejam em seu poder conforme Política Geral de Tratamento de Dados estabelecida pelo CONTROLADOR.

13. CLÁUSULAS GERAIS DE PRIVACIDADE, RESSALTANDO QUE A CAIXA ATUA COMO AGENTE CONTROLADOR NESTE OBJETO.

13.1 A CONTRATADA deve tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas

regulamentações, bem como das orientações da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, reconhecendo sua responsabilidade objetiva e de seus empregados/colaboradores em observar o disposto na LGPD no exercício de suas atividades no tratamento de dados pessoais de clientes, empregados e colaboradores da CONTRATANTE.

13.2 Para fins deste contrato, a CAIXA, doravante denominada de “CONTRATANTE”, assume o papel de Controladora de dados pessoais, e a empresa [identificar a empresa contratada], doravante denominada “CONTRATADA”, assume o papel de operadora de dados pessoais.

13.3 Para a execução da finalidade prevista no presente contrato, a CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA os dados pessoais envolvidos, Nome e CPF dos treinandos.

13.4 A CONTRATADA se compromete a tratar os dados pessoais a que tiver acesso em decorrência do presente Contrato, única e exclusivamente para cumprir a finalidade a que se destina seu tratamento, responsabilizando-se por qualquer acesso indevido.

13.5 A CONTRATADA deve garantir a confidencialidade no tratamento de dados pessoais, protegendo-os contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada.

13.6 A CONTRATADA está autorizada a tratar, em nome da CONTRATANTE, os dados pessoais a que tiver acesso em decorrência do presente Contrato com a finalidades confeccionar os certificados de conclusão do treinamento e atestados de brigada.

13.7 A CONTRATADA deverá, quando do término das atividades de tratamento de dados pessoais ou ao final do contrato, devolver todos os dados pessoais, acompanhados de todas as cópias.

13.8 A CONTRATADA deve manter, por escrito, o registro das operações de tratamento realizadas em nome da contratante.

13.9 A CONTRATADA deve colaborar com a CONTRATANTE no cumprimento de sua obrigação de responder às solicitações de exercício dos direitos dos titulares.

13.10 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente a CONTRATANTE o recebimento de requisição do titular de dados no exercício de seus direitos.

13.11 A CONTRATADA garantirá à CONTRATANTE a disponibilização de todas as informações necessárias para que esta consiga demonstrar o cumprimento de suas obrigações nos termos da LGPD, mantendo a documentação disponível para a realização de auditorias e quaisquer inspeções.

13.12 A CONTRATADA deve obrigatoriamente adotar medidas de segurança

técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

13.13 A CONTRATADA notificará a CONTRATANTE de qualquer violação de dados pessoais imediatamente após tomar conhecimento, inclusive aplicando medidas de contenção, formalizando a ocorrência ao gestor operacional do contrato. Essa notificação deve ser acompanhada de todos os dados necessários para eventual comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao(s) titular(es) de dados pessoais.

13.14 A CONTRATADA auxiliará a CONTRATANTE com as informações necessárias para cumprimento de suas obrigações junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e quaisquer órgãos reguladores, de fiscalização, de supervisão e de controle, inclusive na elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).

13.15 A CONTRATADA deverá notificar imediatamente a CONTRATANTE em caso de solicitações judiciais e de órgãos reguladores, de fiscalização, de supervisão e de controle para disponibilização de dados pessoais.

13.16 A CONTRATADA deverá solicitar autorização prévia da CONTRATANTE para subcontratação de outra empresa para quaisquer atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais relativos ao presente contrato.

13.17 Em caso de concretização de subcontratação ou de sua rescisão, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.

13.18 A CONTRATADA é responsável por quaisquer descumprimentos deste contrato pela empresa SUBCONTRATADA, inclusive em relação a incidentes de segurança com dados pessoais.

13.19 A CONTRATADA deverá observar os requisitos de privacidade desde a concepção em seus produtos, processos, serviços e soluções tecnológicas relacionadas ao tratamento de dados pessoais referentes a este contrato.

13.20 A CONTRATADA somente poderá realizar transferência de dados pessoais para terceiros seguindo as instruções da CONTRATANTE ou mediante prévia autorização.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 A CONTRATADA poderá subcontratar parte do objeto desta licitação, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade, desde que a subcontratação não envolva o objeto contratado em sua totalidade e desde que haja prévia comunicação à CAIXA.

14.2 Será permitida a subcontratação por parte da contratada, desde que

autorizada previamente pela GIPESSA, sendo a fiscalização/acompanhamento na prestação dos serviços de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

14.3 A contratada poderá subcontratar qualquer item, com exceção da organização e logística dos treinamentos, agendamentos, tratativas com a CAIXA e controle dos documentos, sendo esses os itens de maior relevância que não poderão ser subcontratados.

14.4 Caso haja subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar, na data do início da execução do contrato, cópia do(s) contrato(s) da(s) Empresa(s) SUBCONTRATADA(s), bem como a relação dos profissionais responsáveis pela execução de serviços, identificados com os respectivos dados pessoais (RG/CPF).

14.5 Na subcontratação, a CONTRATADA deve exigir da interessada as mesmas regras de idoneidade exigidas quando de sua contratação, mediante termo de compromisso no sentido de delimitar quaisquer práticas ilegais, imorais ou antiéticas, observando especialmente, princípio da dignidade da pessoa humana, garantindo, assim, os direitos dos trabalhadores previstos na Constituição Federal, quando da execução de serviços no seio da Administração Pública.